Cartório Notarial de Lisboa Marta Chalaça

Ana Raquel Matos Ferreira Chalaça de Sousa Lopes, colaboradora com o número de registo na Ordem dos Notários 50/3, no uso de poderes que me foram delegados pela Notária, Maria Marta de Matos Ferreira Chalaça das Neves, autorização concedida em 01 de Fevereiro de 2012, nos termos do nº 1 do artigo 8º do Decreto-Lei nº 26/2004 de 4 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-lei nº 15/2011 de 25 de Janeiro, certifico que a presente fotocópia foi extraída da escritura lavrada neste Cartório de folhas quarenta e quatro a folhas quarenta e quatro verso, do Livro de Notas para Escrituras Diversas número Trezentos e Setenta e Oito e Documento Complementar e Anexo, tem treze folhas, está conforme o original.

Cartório Notarial de Lisboa a cargo da Notária Maria Marta de Matos Ferreira Chalaça das Neves em vinte e um de Maio de dois mil e doze.

A Colaboradora,

raquichdaa

Conta:

Art° 10 n° 7

35.71 €

Iva à taxa de 23%

8.21 €

Total

43.92 €

São: quarenta e três euros e noventa e dois cêntimos

Conta Reg. sob o nº 370

Foi emitido recibo

re

CARTORIO NOTARIAL
DE LISBOA
Marta Chalaga
Livra 3 +8
Fis. 44

tu1

RC CONSTITUIÇÃO DE FUNDAÇÃO

| 17 33.00.00 000000 40000000000000000000000 |
|--|
| No dia vinte e um de Maio de dois mil e doze, na Rua José Estêvão, número |
| 17, em Lisboa, perante mim Licenciada Maria Marta de Matos Ferreira Chalaça |
| das Neves, a Notária do Cartório Notarial de Lisboa, sito na Rua Visconde de |
| Santarém, número 73, compareceu como outorgante: |
| JOANA BAPTISTA VASCONCELOS, casada com Duarte Ramirez |
| Sanches de Carvalho Cordeiro, sob o regime da comunhão de adquiridos, natural |
| de França, residente na Praceta da Piedade, número 2, terceiro andar esquerdo, |
| Algés, Oeiras, NIF 210 550 791 |
| E POR ELA FOI DITO: |
| Que, pela presente escritura, institui a FUNDAÇÃO JOANA |
| VASCONCELOS, de ora em diante designada apenas por Fundação, pessoa |
| colectiva de direito privado e tipo fundacional, que se regerá pelos estatutos |
| constantes do documento complementar elaborado de acordo com o disposto no |
| número dois do artigo 64º do Código do Notariado, cujo conteúdo declara conhecer |
| perfeitamente, documento que arquivo. |
| ASSIM O DISSE E OUTORGOU |
| ARQUIVA-SE: |
| O mencionado documento complementar e o inventário anexo ao |
| documento complementar. |
| EXIBIU: |
| O certificado de admissibilidade da denominação adoptada número |
| 2012008337, emitido em 20 de Fevereiro de 2012, pelo Registo Nacional de |
| Pessoas Colectivas, com o NIPC 510 189 261; |

Nod. 502 - Tip. Tipomar, Lda. - Tomar

| Verifiquei a identidade da outorgante pela exibição | o do seu cartão do cidadão |
|--|----------------------------|
| número 09 824 823 5ZZ2 válido até 31/03/2016, | emitido pela República |
| Portuguesa. | |
| Esta escritura foi lida à outorgante e à mesma expl foana l'asconcellos A rotana, Paria parter chalores conte refishado sobo | des DECES |



Documento complementar, elaborado de acordo com o número dois do artigo 64º do Código do Notariado.

ESTATUTOS

FUNDAÇÃO JOANA VASCONCELOS

ARTIGO 1.°

| Natureza e Denominação | | | |
|--|--|--|--|
| 1. A Fundação Joana Vasconcelos, adiante designada abreviadamente por | | | |
| Fundação, é uma instituição de direito privado, dotada de personalidade jurídica, | | | |
| que se rege pelos presentes estatutos e, em tudo o que neles for omisso, pela | | | |
| legislação portuguesa aplicável. | | | |
| 2. A Fundação é instituída pela Artista Joana Vasconcelos. | | | |
| ARTIGO 2.° | | | |
| Sede | | | |
| A Fundação tem a sua sede no Edifício Gonçalves Zarco, Rua da Cintura do Porto | | | |
| de Lisboa, Doca de Alcântara Norte, 1350-352 Lisboa, freguesia de Alcântara, | | | |
| concelho de Lisboa, podendo desenvolver a sua acção em qualquer outra parte do | | | |
| país ou no estrangeiro e criar delegações ou outras formas de representação onde | | | |
| for considerado necessário ou conveniente pela administração para a realização dos | | | |
| seus fins. | | | |
| ARTIGO 3.° | | | |
| Duração | | | |
| A Fundação tem duração indeterminada. | | | |

ARTIGO 4.°

Fins e Actividade

DOC 74 HEIZY

Collosala fry ree

A Fundação Joana Vasconcelos tem como fim principal o desenvolvimento das artes e apoio a artistas, bem como, a promoção das mais variadas acções que visem a valorização do património cultural e artístico nos âmbitos nacional e internacional.

Para o efeito, a Fundação continuará a prosseguir, agora de forma institucionalizada, a actividade de há muito empreendida pela sua fundadora, designadamente, o apoio à formação, desenvolvimento e sustentabilidade dos artesãos nacionais e sua projecção nacional e internacional.

ARTIGO 5.º

Património

Para a realização do seu fim são afectados à Fundação pela sua instituidora os seguintes bens, constantes do inventário anexo.

ARTIGO 6.º

.....

Gestão do Património

A Fundação pode praticar com total autonomia todos os actos necessários à prossecução dos seus fins e à gestão do seu património, nomeadamente, adquirindo, onerando e alienando qualquer tipo de bens, sem prejuízo das limitações impostas pelos presentes estatutos ou decorrentes da lei.

ARTIGO 7.º

Obras em Depósito

A Fundação pode ser depositária, a título temporário ou permanente, designadamente para efeitos de exibição, de obras de arte património do Estado, de outras entidades públicas ou de particulares, nos termos e condições a acordar.

ARTIGO 8.º

Participação em entidades terceiras

| 1. A Fundação pode filiar-se ou estabelecer acordos de cooperação com instituições |
|--|
| nacionais ou estrangeiras que prossigam fins análogos. |
| 2. A Fundação pode participar em associações sem fins lucrativos cujo objecto se |
| enquadre no âmbito dos seus fins. |
| 3. A Fundação pode participar em sociedades comerciais ou criar sociedades que |
| sejam instrumento útil para a realização dos seus fins. |
| 4. A participação referida no número anterior é objecto de parecer do Conselho de |
| Curadores e de deliberação do Conselho de Administração. |
| ARTIGO 9.° |
| Órgãos da Fundação |
| São órgãos da Fundação o Conselho de Administração, o Conselho de Curadores e |
| o Conselho Fiscal, aos quais não será devida qualquer remuneração. |
| ARTIGO 10.° |
| Conselho de Administração |
| 1. O Conselho de Administração é composto por um presidente e dois vogais. |
| 2. O Presidente do Conselho de Administração é eleito pelo período de cinco anos, |
| por maioria qualificada de dois terços dos votos dos membros do Conselho de |
| Curadores. |
| 3. Sem prejuízo do direito de renúncia, a primeira presidência é preenchida a título |
| vitalício pela artista Joana Vasconcelos, e, sucessivamente, pelo arquitecto Duarte |
| Ramirez Sanchez de Carvalho Cordeiro. |
| 4. O mandato dos membros do Conselho de Administração é de cinco anos, sendo |
| renovável até duas vezes. |
| 5. O mandato dos membros do Conselho de Administração cessa: |
| a) Pelo termo dos mandatos, conforme disposto no número 4 deste artigo; |

DOE 74 18, 126

The state of the second

| b) Por morte ou incapacidade permanente; |
|--|
| c) Por renúncia mediante carta dirigida ao Presidente do Conselho de |
| Administração; |
| d) Por exclusão deliberada em escrutínio secreto por maioria de dois terços dos |
| membros do Conselho em funções, com fundamento em indignidade, falta grave ou |
| desinteresse manifesto no exercício das funções. |
| 6. No termo do mandato referido no número 4 deste artigo, os membros do |
| Conselho de Administração são designados pelo Conselho de Curadores, sem |
| prejuízo da primeira designação, que é realizada pela artista Joana Vasconcelos. |
| 7. A designação de um novo presidente do Conselho de Administração faz cessar |
| as funções dos vogais |
| 8. Se um membro do Conselho de Administração for membro do Conselho de |
| Curadores, suspende o respectivo mandato neste último Conselho, enquanto |
| exercer aquelas funções. |
| 9. O Conselho de Administração só pode deliberar com a presença da maioria dos |
| seus titulares, devendo as delib <mark>e</mark> rações ser tomadas por maioria dos votos dos |
| titulares presentes, tendo o presidente, além do seu voto, direito a voto de |
| desempate |
| 10. O Conselho de Administração fixará a periodicidade das suas reuniões |
| ARTIGO 11.º |
| Competência do Presidente do Conselho de Administração |
| Compete ao Presidente do Conselho de Administração promover, elaborar e dirigir |
| os projectos tendentes à realização dos fins da Fundação e, em especial: |
| n) Convocar e presidir às reuniões do Conselho de Administração, dirigir os |
| respectivos trabalhos e promover a execução das suas deliberações; |
| |

| b) Promover reuniões conjuntas dos órgãos da Fundação quando o considere |
|---|
| necessário; |
| c) Exercer quaisquer outras funções do Conselho de Administração. |
| ARTIGO 12.º |
| Competência do Conselho de Administração |
| Compete ao Conselho de Administração gerir a Fundação, bem como: |
| a) Definir a organização interna, aprovando os regulamentos adequados, criando os |
| órgãos que entender necessários e designando os respectivos titulares; |
| b) Administrar o património, praticando todos os actos necessários a esse fim e |
| tendo os mais amplos poderes para o efeito; |
| c) Aprovar o orçamento e os planos anuais de actividade, o relatório, balanço e |
| contas do exercício; |
| d) Contratar, gerir e dirigir o pessoal; |
| e) Instituir e manter sistemas internos de controlo contabilístico, de forma a |
| reflectirem, precisa e totalmente em cada momento, a situação patrimonial e |
| financeira da Fundação; |
| f) Deliberar sobre a abertura de d <mark>e</mark> legações ou outras formas de representação; |
| g) Avaliar e aprovar propostas de projectos ou actividades, aprovar a concessão de |
| subsídios, apoios ou empréstimos a projectos específicos e quaisquer outras |
| despesas da Fundação; |
| n) Proceder à aceitação de donativos, patrocínios, comparticipações e subsídios |
| lestinados a projectos concretos da Fundação; |
|) Tomar todas as decisões e exercer todas as funções que não estejam |
| expressamente cometidas a outro órgão. |

ARTIGO 13.°

one 44 rs. 128

Allegae

Free

Free

The are

Th

Vinculação da Fundação

| , |
|--|
| 1. O presidente do Conselho de Administração representa a Fundação, em juízo ou |
| fora dele, podendo delegar os mesmos em qualquer dos vogais do Conselho de |
| Administração. |
| 2. Pela assinatura do Administrador delegado no âmbito dos poderes que lhe forem |
| conferidos pelo Conselho de Administração |
| 3. A Fundação obriga-se ainda pela assinatura conjunta de dois membros do |
| Conselho de Administração. |
| 4. O Conselho de Administração pode constituir mandatários, delegando-lhes |
| competência. |
| ARTIGO 14.° |
| Conselho de Curadores |
| 1. O Conselho de Curadores será composto por personalidades de reconhecido |
| mérito e integridade moral e com competência nos domínios adequados ao |
| desempenho das actividades da Fundação ou por quaisquer entidades, públicas ou |
| privadas nacionais ou estrangeiras de reconhecida relevância. |
| 2. Sendo designada pessoa colectiva como membro do Conselho de Curadores, esta |
| indicará o seu representante. |
| 3. O Conselho de Curadores é presidido pelo presidente do Conselho de |
| Administração. |
| 4. Os mandatos dos membros do Conselho de Curadores terão a duração de cinco |
| anos. |
| 5. O mandato dos membros do Conselho de Curadores cessa: |
| a) Pelo termo dos mandatos, conforme disposto no número 3 deste artigo; |
| b) Por morte ou incapacidade permanente; |
| |

the the second services the second second services the second sec

| c) Por renúncia mediante carta dirigida ao Presidente do Conselho de Curadores; | |
|--|--|
| d) Por exclusão deliberada em escrutínio secreto por maioria dos membros do | |
| Conselho em funções. | |
| 6. Os membros do Conselho de Curadores são designados por deliberação do | |
| próprio Conselho, por maioria dos votos e sob proposta do Conselho de | |
| Administração. | |
| 7. O Conselho de Curadores reúne, pelo menos, uma vez por ano e | |
| extraordinariamente sempre que convocado pelo seu presidente, por sua iniciativa | |
| ou a pedido do presidente do Conselho de Administração ou da maioria dos | |
| membros do Conselho de Curadores. | |
| 8. Os membros do Conselho de Curadores podem fazer-se representar nas reuniões | |
| por outro membro, mediante comunicação escrita previamente dirigida ao | |
| presidente. | |
| 9. As funções de membro do Conselho de Curadores não são remuneradas, sendo- | |
| lhes, no entanto, atribuídas subvenções de presença e de transporte e ajudas de | |
| custo. | |
| 10. O Conselho de Curadores não pode deliberar, em primeira convocação, sem a | |
| presença de metade, pelo menos, dos seus membros, devendo as deliberações ser | |
| tomadas por maioria absoluta de votos dos membros presentes, salvo disposição | |
| diversa destes Estatutos ou da lei | |
| 11. Os membros do Conselho de Administração podem participar nas reuniões do | |
| Conselho de Curadores, a convite do respectivo presidente, sem direito de voto. | |
| ARTIGO 15.° | |
| Competência do Conselho de Curadores | |
| 1. Compete ao Conselho de Curadores: | |
| | |

0

- 1

College Here

| a) Carantir a manutanaño dos mineínios esientadoses de Euroleaño à ausanza |
|---|
| a) Garantir a manutenção dos princípios orientadores da Fundação e aprovar as |
| linhas gerais do seu funcionamento e da prossecução dos seus fins; |
| b) Designar os membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 10.º, |
| número 6 destes Estatutos e destituir os membros do Conselho de Administração, |
| neste caso com uma maioria qualificada de dois terços dos votos dos seus |
| membros |
| c) Designar os seus próprios membros, nos termos do artigo 14.º destes estatutos. |
| d) Apreciar e aprovar o relatório, balanço e contas do exercício; |
| e) Designar os membros do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 16.º destes |
| estatutos; |
| f) Definir o estatuto remuneratório dos membros dos órgãos de administração e de |
| fiscalização, bem como o valor das subvenções e ajudas de custo dos seus próprios |
| membros, através de uma comissão composta por três curadores; |
| g) Sempre que solicitado pelo Conselho de Administração ou por iniciativa própria |
| apresentar sugestões e recomendações quanto ao melhor cumprimento dos fins da |
| Fundação; |
| h) Sempre que solicitado pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho de |
| Curadores, emitir pareceres sobre as actividades e projectos da Fundação; |
| i) Pronunciar-se sobre quaisquer questões que lhe sejam apresentadas pelo |
| Conselho de Administração |
| 2. A comissão referida na alínea f) do número anterior é eleita pelo Conselho de |
| Curadores, sob proposta do presi <mark>d</mark> ente, que presidirá à mesma. |
| |

Artigo 16.°

Conselho Fiscal

1000 74 18 131 J. Saca H. Saca

| 1. A fiscalização da Fundação é exercida por um Conselho Fiscal composto por um | | |
|---|--|--|
| presidente e dois vogais. | | |
| 2. O Conselho Fiscal é designado pelo Conselho de Curadores, sob proposta do | | |
| presidente deste. | | |
| 3. O mandato dos membros do Conselho Fiscal é de cinco anos. | | |
| 4. O Conselho Fiscal reúne ordinariamente uma vez por trimestre e | | |
| extraordinariamente sempre que convocado pelo respectivo presidente ou pelo | | |
| presidente do conselho de administração. | | |
| 5. Compete ao Conselho Fiscal: | | |
| a) Examinar e emitir parecer, anualmente, sobre o balanço e contas do exercício a | | |
| submeter à aprovação do Conselho de Administração e do Conselho de Curadores; _ | | |
| b) Verificar periodicamente a regularidade da escrituração da Fundação | | |
| 6. O Conselho Fiscal só pode deliberar com a presença da maioria dos seus | | |
| titulares, devendo as deliberações ser tomadas por maioria de votos dos titulares | | |
| presentes, tendo o presid <mark>e</mark> nte voto de qualidade. | | |

ARTIGO 17.º

Modificação dos Estatutos, Transformação e Extinção

1. A Fundação pode propor à entidade competente para o reconhecimento a modificação dos presentes Estatutos, bem como a sua transformação ou extinção, contanto que as propostas sobre aqueles assuntos sejam deliberadas em reunião conjunta do Conselho de Administração e do Conselho de Curadores, por iniciativa do presidente do Conselho de Curadores, requerendo essas deliberações o voto favorável de três quartos do número de todos os membros daqueles órgãos em efectividade de funções, sem prejuízo das competências próprias e exclusivas daquela mesma entidade, legalmente estabelecidas.

Em caso de extinção, o património da Fundação terá o destino que, por deliberação conjunta dos órgãos referidos no número anterior, for julgado mais conveniente para a prossecução do fim para que foi instituída, sem prejuízo do disposto imperativamente na lei sobre esta matéria.

ARTIGO 18.º

Disposições Finais

| Ficam desde já designados os seguintes membros do Conselho de Administração |
|---|
| da Fundação: |
| a) Presidente - Joana Baptista Vasconcelos, que usa profissionalmente Joana |
| Vasconcelos. |
| b) Vogal - Duarte Ramirez Sanchez de Carvalho Cordeiro, que usa |
| profissionalmente Duarte Ramirez; |
| c) Vogal - Manuel Durão de Carvalho Cordeiro, que usa profissionalmente |
| Manuel Cordeiro. |

Lana Vasconcelos La xotária, Para Parta chalace des DECES

| Ma | 348 | Falhas: | 44 |
|------|------------------------------------|----------|-----|
| Doc. | - simple description of the second | Feathea: | 113 |

ANEXO PATRIMÓNIO

P

113 rea

| Portugal Offashion, 2008 | 15.000,00€ |
|--------------------------|--------------|
| Hand-Made, 2008 | 15.000,00 € |
| Linguiça, 2002 | |
| Netless'07, 2007 | 10.000,00 € |
| Pimple, 2008 | 20.000,00 € |
| Meia Meias, 2004 | 5.000,00€ |
| Pigalle, 2011 | 60.000,00 € |
| Noiva (PA), 2011 | 500.000,00 € |

Jana Vasconceles